



A Santa Sé

**DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II
AO NOVO EMBAIXADOR DA IRLANDA
JUNTO DA SANTA SÉ POR OCASIÃO
DA APRESENTAÇÃO DAS CARTAS CREDENCIAIS**

Sexta-feira, 23 de Outubro de 1998

Senhor Embaixador

É-me muito grato dar-lhe hoje as boas-vindas ao Vaticano e aceitar as Cartas Credenciais mediante as quais Vossa Excelência é designado Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Irlanda. Agradeço-lhe as expressões de bons votos que Vossa Excelência me transmitiu da parte de Sua Excelência o Senhor Presidente McAleese e é de bom grado que lhe retribuo com os melhores votos e a certeza das minhas orações pelo amado Povo irlandês, com o qual a Santa Sé já entretence um longo e singular vínculo de fé e de amizade desde o século V.

A história do seu País testifica um compromisso profundamente arraigado na fé cristã. Este empenhamento inspirou os monges que ao longo dos séculos levaram a luz da fé e da ciência a muitas partes da Europa, após a queda do Império Romano; ele sustentou os numerosos sacerdotes, religiosos e leigos que derramaram o próprio sangue num supremo testemunho de fidelidade à Igreja nos tempos de perseguição; além disso, tem encorajado os inumeráveis missionários irlandeses a levarem o Evangelho até aos extremos confins da terra nos tempos mais recentes. A impressionante herança cristã da Irlanda tem contribuído em grande medida para o aprofundamento do sentido de solicitude que os irlandeses sempre demonstraram em relação aos outros povos que lutam pela liberdade, justiça e desenvolvimento. Hoje, ela põe em evidência o seu próprio desejo de desempenhar um papel activo na promoção do progresso e da paz entre os povos do mundo inteiro.

Vossa Excelência mencionou o facto de a Irlanda e a Santa Sé participarem e cooperarem em muitas Organizações e em importantes Encontros internacionais. Uma das mais significativas iniciativas da comunidade internacional nos últimos anos foi o Encontro mundial sobre o Desenvolvimento social, realizado em Copenhaga no ano de 1995. Nesse encontro, países de diferentes culturas e níveis económicos puderam alcançar um amplo consenso acerca dos princípios a seguir, em vista do desenvolvimento da sociedade e da obtenção de melhores condições de vida para

todos. Foi encorajador observar a determinação de colocar a pessoa humana no centro dos esforços em prol do desenvolvimento e de lutar por um progresso humano que tenha em consideração e respeite os valores éticos, culturais e religiosos. Efectivamente, o desenvolvimento de um país nunca pode ser reduzido a uma simples acumulação de riquezas e a uma maior disponibilidade de bens e serviços em geral. Um profundo sentido da dignidade inviolável da pessoa humana deve constituir o fundamento dos projectos sociais, económicos e educativos que têm em vista melhorar a vida das pessoas e corresponder genuinamente às necessidades humanas de forma mais efectiva. Reconhecer cada homem e cada mulher como sujeitos com direitos e liberdades inalienáveis significa que as nações e a comunidade internacional devem garantir de maneira eficaz que as dimensões sociais, culturais e espirituais da vida sejam respeitadas e promovidas constantemente e em toda a parte.

Para proporcionar um autêntico desenvolvimento humano e social, é essencial salvaguardar a família e promover o seu bem-estar. A família é a primeira escola das virtudes sociais, as quais constituem o princípio animador do desenvolvimento e do progresso da sociedade (cf. Exortação Apostólica *Familiaris consortio*, 42). As famílias sólidas e unidas formam os seus membros no respeito dos direitos e da dignidade dos outros, no reconhecimento da sacralidade de toda a família humana, de maneira especial dos mais vulneráveis, e na prática daquelas qualidades e virtudes que promovem e edificam o bem comum. Tudo aquilo que debilita o tecido da vida familiar ou reduz as responsabilidades distintivas da família causa um grave prejuízo à sociedade em geral. Na minha *Carta às Famílias*, escrita em 1994 por ocasião do Ano Internacional da Família, salientei a importância da vida familiar para o bem-estar dos povos: «Uma nação verdadeiramente soberana e espiritualmente forte é sempre composta por famílias fortes, cientes da sua vocação e da sua missão na história» (n. 17). O apreço pela contribuição indispensável da família para o bem-estar do seu país encorajou os idealizadores da Constituição irlandesa a darem grande relevância à família como uma comunidade primária e fundamental na sociedade, possuidora de «direitos inalienáveis e imprescritíveis, antecedentes e superiores a todo o direito positivo» (*Bunreacht na hÉireann*, art. 41, 1, 1º). Isto impeliu-os a defender o direito dos pais a serem os principais agentes da educação religiosa, moral, intelectual, física e social dos próprios filhos (cf. *ibid.*, art. 42, 1). Haurindo destes princípios básicos, que reflectem a preciosa herança cultural e religiosa do seu País, a Irlanda pode continuar a ser uma voz convincente no foro internacional, todas as vezes que se trata de salvaguardar e revigorar a cultura internacional do respeito da pessoa humana, a família e a dimensão transcendente da existência do homem.

Ao aproximarmo-nos do termo do século XX, um período que testemunhou ingentes violências, guerras, perseguições e atentados fundamentalmente ideológicos da parte de regimes totalitários que visavam aniquilar povos inteiros, deveria ser clarividente o facto de que os esforços no sentido de instituir uma ordem social renovada a níveis tanto nacional como internacional só obterão bom êxito se se garantirem juridicamente as normas morais universais e imutáveis, assentes na natureza humana e acessíveis à razão. Segundo a visão cristã, os direitos fundamentais do homem são consequentes da natureza humana e em última análise derivam de Deus e não são simplesmente conferidas pelas autoridades humanas. A incapacidade de reconhecer a existência de uma verdade que transcende as realidades sociais e culturais constitui uma vereda breve rumo ao domínio exclusivo do Estado sobre todos os aspectos da vida. Desta forma, abre-se o caminho para as imposições totalitárias de todos os géneros (cf. Carta Encíclica *Centesimus annus*, 44). Quando se removem os sólidos pontos de referência moral e prevalece o relativismo ético, os direitos e as liberdades fundamentais são ameaçados até mesmo numa sociedade que parece ser democrática (cf. Carta Encíclica *Veritatis splendor*, 101). «Se não existir nenhuma verdade última que guie e oriente a acção política, então as ideias e as convicções podem ser facilmente instrumentalizadas para fins de poder. Uma democracia sem valores converte-se

facilmente num totalitarismo aberto ou dissimulado, como a história demonstra » (Carta Encíclica *Centesimus annus*, 46). Enquanto nos preparamos para entrar no novo milénio, em particular as nações da Europa enfrentam o desafio que consiste em determinar os princípios do seu desenvolvimento futuro. Senhor Embaixador, o seu País, cuja experiência está arraigada num profundo sentido da presença de Deus em todas as vicissitudes humanas (cf. *Bunreacht na hÉireann, Preâmbulo*), está em boas condições de oferecer um inestimável contributo para a fundação da nova Europa sobre as suas autênticas bases espirituais e culturais.

Recordo-me sempre com afecto da Visita pastoral que realizei ao seu País em 1979, quando testemunhei pessoalmente as maravilhosas qualidades humanas e espirituais do povo irlandês. Nessa época, a Irlanda do Norte estava imersa na violência que causara ingentes sofrimentos nas décadas passadas. Uma nova era de esperança abriu-se com a assinatura do chamado *Good Friday Agreement* («Acordo da Sexta-Feira Santa»), que lançou uma nova base para o governo e a cooperação entre todas as camadas da população. A paz permanente é sempre uma realidade frágil e exige esforços diuturnos da parte de todos. O caminho em frente requer de todos os interessados não só a disponibilidade ao compromisso, mas principalmente um empenho positivo em vista de criar «o conjunto daquelas condições de vida social, que permitem aos homens, às famílias e aos grupos poderem alcançar [...] a sua própria perfeição» (Concílio Vaticano II, *Gaudium et spes*, 74). Rezo para que o futuro de todo o povo da Irlanda, sem qualquer distinção, se fundamente na justiça, equidade e harmonia.

Senhor Embaixador, ao iniciar a sua missão, no seguimento de uma longa tradição de ilustres Diplomatas irlandeses, asseguro-lhe as minhas orações pelo seu bom êxito. Pode estar certo de que os vários Departamentos da Cúria Romana estarão totalmente disponíveis a assisti-lo no cumprimento dos seus deveres.

Guím beannacht Dé ar phobal na hÉireann.

© Copyright 1998 - Libreria Editrice Vaticana